

OBRAS SOCIAIS

Negociação, SIM!

Chantagem, NÃO!

O Regulamento de Obras Sociais (ROS) está em vigor desde 1 de Janeiro de 1997.

Pretendemos um IOS sustentável, mas, sobretudo, que preste uma assistência de qualidade. O empenhamento das ORT no processo de negociações visa, sobretudo, atingir este último objectivo.

Ao contrário do pretendido pela Empresa, o ROS não pode ser revisto a toque de caixa. É do nosso bem mais precioso que se trata: A SAÚDE!

Não é de computadores, telefones, projectos de construção civil, automóveis ou outro tipo de bens ou serviços. É, acima de tudo, a saúde dos trabalhadores, aposentados e reformados e respectivos familiares que está em causa.

Trata-se de uma matéria de extrema delicadeza que tem de ser tratada com a máxima cautela, ponderação, sentido de responsabilidade e sem precipitações.

As negociações tiveram início no dia 26/10/2014, tendo-se realizado, até agora, 7 sessões.

Por qualquer razão que não descortinamos, a Empresa pretendia encerrar o processo até ao final de 2014, o que, por nossa parte, era de todo inviável.

Não satisfeita com a nossa posição, a Empresa de uma forma perfeitamente inédita e insólita, decidiu partir para a chantagem, publicando um comunicado em 23/12/14 no qual ameaçava cobrar quota pelos filhos e apenas conceder crédito mediante pedido expresso dos beneficiários, com base numa interpretação do ROS entre a má fé e a prepotência.

Esta atitude da Empresa é tão mais grave quanto foi tomada a seguir à apresentação de uma contraproposta, subscrita por todas as ORT participantes nas negociações, na qual, entre outras alterações, aceitávamos o aumento da quota para 1,75%.

Esta é uma forma intolerável de negociar que, naturalmente, as ORT não estão dispostas a aceitar.

Na sessão de negociações de dia 29/12/14, a Empresa, perante a evidência da insustentabilidade da sua atitude, concordou em recuar nessa posição tendo ficado estabelecido que as negociações decorreriam até ao final de Janeiro de 2015, visando o acordo em relação ao ROS e, apesar de serem processos distintos, em relação ao AE.

BREVE RESUMO DAS NEGOCIAÇÕES

Pelo que temos visto, até agora, do lado da Empresa, há apenas preocupação em reduzir os custos que suporta e aumentar os encargos dos beneficiários.

Apesar disso, da parte das ORT's, tem havido toda a abertura em discutir TODAS as matérias que digam respeito às Obras Sociais.

1ª PROPOSTA DA EMPRESA – 23OUT14

Essencialmente, a Empresa propôs: quota mínima de €25,55 e máxima de €102,20; pagamento de quotas pelos filhos e ascendentes; o aumento das contribuições dos beneficiários para 50%; fim da comparticipação nos medicamentos; co-pagamento pelo beneficiário no acto da prestação do serviço; aumento da taxa de amortização do crédito de 5% para 10% sobre a remuneração mensal; redução de 90% para 80% nas hospitalizações; limites anuais em consultas, tratamentos e exames (€2.000), hospitalizações (€20.000) e estomatologia e ortodôncia (€500); exclusão de diversos tratamentos;

Uma proposta que, a ser aceite por nós, faria com que os beneficiários ficassem a suportar uma quota-parte superior à da Empresa. Praticamente, não tinha ponta por onde pegar...

2ª PROPOSTA DA EMPRESA – 21NOV14

Após algumas sessões de discussão, em torno da sua 1ª proposta, a Empresa apresentou uma 2ª proposta que diferia da 1ª nas seguintes matérias: quota mínima de € 20,00 e máxima de € 120,00; pequena redução na quota dos filhos (limite 2%); contribuição de 35% dos beneficiários nas consultas

médicas; co-pagamento até € 10,00 por acto; 7,5% na taxa de amortização de crédito; limite de € 1000,00 anuais em estomatologia e ortodôncia;

Perante a evolução da posição da Empresa, as ORT, decidiram apresentar uma contraproposta em 15/12/14, à qual a Empresa respondeu, em 29/12/14, com um 3ª proposta.

ANÁLISE COMPARATIVA DA 3ª PROPOSTA DA EMPRESA E CONTRAPROPOSTA DAS ORT

DESIGNAÇÃO	ATUAL	EMPRESA	ORT's
CO-PAGAMENTOS	0	10 Euros	0
AMORTIZAÇÃO DO CRÉDITO	5%	7%	6%
HOSPITALIZAÇÃO	90%	80%	
Diária (Quarto privativo)			80%
Diária (Enfermaria)			90%
Outros serviços (inclui medicamentos)			90%
CONSULTAS E EXAMES	80%	70%	80%
TRATAMENTOS E ENFERMAGEM	100%	70%	100%
MEDICAMENTOS – CGA	75% (a)	50% (c)	50% (d)
MEDICAMENTOS - RGSS	60% (b)	50% (c)	50% (d)

a) *Comparticipação total;*

b) *Sobre o valor não compartilhado pelo SNS;*

c) *Sobre o valor não compartilhado pelo SNS com o máximo de 25% do valor do 3º genérico mais barato (ou até 50% da participação atribuída pelo SNS);*

d) *No acto de aquisição, sobre o valor não compartilhado pelo SNS.*

CO-PAGAMENTOS E AMORTIZAÇÃO DO CRÉDITO

A Empresa propõe o co-pagamento (pagamento no acto) até ao valor de € 10,00 e uma taxa de 7% sobre a remuneração mensal para amortização do crédito.

Pela nossa parte, rejeitamos os co-pagamentos e propomos o aumento de 5% para 6% nesta última. Ambas situações têm como efeito a redução da dívida permanente. Por ser socialmente mais justo, nós preferimos aumentar a taxa de amortização desta em detrimento da introdução dos co-pagamentos.

HOSPITALIZAÇÃO

A Empresa pretende a redução da sua comparticipação de 90% para 80%, tendo abandonado a ideia de impor um limite anual e assumindo a comparticipação a 100% nas doenças graves.

Nós admitimos a redução para 80% da comparticipação na diária em quarto privativo, mantendo-se a comparticipação de 90% em tudo resto, com excepção das doenças graves (100%).

CONSULTAS TRATAMENTOS E EXAMES

A Empresa propõe 70% de comparticipação, enquanto nós mantivemos os actuais 80% nas consultas e exames e 100% nos tratamentos.

É uma matéria que preferimos manter como está.

MEDICAMENTOS

A Empresa admite a comparticipação de 50% do valor não comparticipado pelo SNS com o máximo de 25% do valor do 3º genérico mais barato (ou até 50% da comparticipação atribuída pelo SNS). Por outro lado, pretende que deixe de haver crédito para a sua aquisição salvo excepções a acordar. A nossa proposta visa uniformizar a comparticipação tanto para os beneficiários da CGA como da Segurança Social: 50% do valor não comparticipado pelo SNS a ser concedido no acto de aquisição. Esta comparticipação deve ser calculada com base num critério único e sobre o preço efectivo do medicamento e não como pretende a Empresa.

QUOTAS

BENEFICIÁRIOS	EMPRESA	ORT'S	OBS.
Titulares	2,5%	1,75%	
Familiares			
Escalão 1		1,75%	Vencim.Base < = 1355,40 Euros (P7 NQ III do AE)
Escalão 2		2,25%	Vencim.Base > = 1355,40 Euros (P7 NQ III do AE)
Cônjuge ou equiparado	2,5%		
Ascendentes	1,00%	0%	Pensão < SMN
Filhos	0% (a)	0% (b)	a)Com direito a Abono de Família, ou não sendo o caso, com idade até aos 16 anos (ou menos de 21 anos e se encontrem a estudar a cargo dos pais, sem rendimentos próprios) b)Condições atuais

As quotas propostas pela Empresa são extremamente elevadas e teriam como consequência que os encargos para os beneficiários seriam globalmente bastante mais elevados do que para a Empresa.

ÓCULOS/LENTE DE CONTACTO E SUBSÍDIOS

Registamos a aceitação pela Empresa da nossa proposta de actualização dos valores de comparticipação na aquisição de óculos e diversos subsídios. Nas propostas anteriores, tinha mantido os valores actuais.

Os valores em causa são os seguintes:

- Óculos/Lentes de Contacto: €110,00 anuais, nas condições actuais.
- Aleitação: 8% da P7 do NQ I do AE (actualmente, € 788,00).
- Infantário: € 85,00; Amas: € 60,00).
- Estudos: <=6º ano de escolaridade – € 35,00; 7º ao 12º ano – € 70,00; Ensino médio e superior – € 140,00.

REPARTIÇÃO DE ENCARGOS

Actualmente, segundo os indicadores da Empresa, a repartição de encargos é de 59,7% e 41,3% para a Empresa e Beneficiários, respectivamente.

A última proposta da Empresa, segundo cálculos aproximados nossos, teria como consequência uma poupança considerável para ela e consequente acréscimo para os Beneficiários. Nesta situação, os Beneficiários passariam a suportar uma quota-parte dos custos globais do sistema muito superior à da Empresa.

Seria um filme ao contrário! Trata-se, portanto de uma proposta totalmente inaceitável.

A Empresa terá de a rever profundamente. Nunca aceitaremos que os beneficiários fiquem a suportar a maior parte dos custos.

A contraproposta das ORT implicará uma pequena subida nas contribuições dos Beneficiários, sendo uma demonstração da nossa posição construtiva e responsável para alcançarmos uma revisão razoável e equilibrada do ROS.

A Empresa terá de a rever profundamente. Nunca aceitaremos que os beneficiários fiquem a suportar a maior parte dos custos.

A contraproposta das ORT, implicaria uma repartição dos custos de cerca de **52%** para a **Empresa** e **48%** para os **Beneficiários** que teriam um **acrécimo de encargos global de cerca de 16%**. Será já um reforço considerável e, sem dúvida, muito mais razoável!

Continuaremos empenhados em conseguir uma revisão razoável do Regulamento de Obras Sociais que garanta:

- **Uma assistência de qualidade;**
- **Uma rede de prestadores convencionados que permita aos beneficiários, no Concelho onde trabalham ou residem, o acesso, pelo menos, às especialidades básicas;**
- **A sua revisão em todas as suas vertentes e não apenas nos artigos de expressão pecuniária;**
- **A sua alteração apenas mediante acordo entre as partes;**
- **Natureza vitalícia do regime nele consignado;**
- **A sustentabilidade do sistema de Obras Sociais;**
- **Manter-se todos os actuais beneficiários (titulares e familiares);**
- **Alteração da designação e atribuições da Comissão Consultiva;**
- **Manutenção da referência ao ROS no Acordo de Empresa.**

**Apelamos a todos os trabalhadores
para que se mantenham atentos e mobilizados.
DEFENDER AS OBRAS SOCIAIS
É UM IMPERATIVO DE TODOS!**

Nota final: O presente comunicado é subscrito, também, pelas seguintes ORT: **CT; SNTCT; SINDETELCO; SINCOR; SINQUADROS; SITIC.**

Lisboa, 6 de Janeiro de 2015

SICOMP – SINDICATO DAS COMUNICAÇÕES DE PORTUGAL
SEDE NACIONAL: Rua António Pedro, 125 A – Cave B – 1000 – 037 LISBOA
sicomp.dne@sapo.pt • www.sicomp.pt